

A EDUCAÇÃO PERMANENTE, GUIA DE VIDA E MANIFESTO POLÍTICO NAS ENCRUZILHADAS DA HUMANIDADE ¹

« Era o melhor tempo de sempre, era o pior tempo de sempre ; era a idade da sabedoria, era a idade da loucura ; era a época de acreditar, era a época de descrer ; era a estação da Luz, era a estação das Trevas ; era a Primavera da esperança, era o Inverno do desespero; tínhamos tudo à nossa frente, não tínhamos nada diante de nós; íamos em direcção ao Paraíso, íamos precisamente no sentido oposto...”

Esta frase, frequentemente citada, com que Charles Dickens abre a sua novela “Um Conto de Duas Cidades”, descreve o ponto de encruzilhada que se vivia à época da Revolução Francesa, tanto em Inglaterra, como em França. Uma situação de ambiguidade, de equilíbrio instável, de alternativas reais e radicais, que a Humanidade terá vivido por várias vezes na sua evolução milenar e que está hoje, talvez mais do que nunca, presente e à escala planetária.

Caminhamos para a dominação por parte de uma pequeníssima minoria, proprietária ou gestora do capital financeiro globalizado, sobre os quase 7 mil milhões de seres humanos? Avançamos a passos largos para a desagregação social, a derrocada cultural e a destruição ambiental? Ou aproximamo-nos, antes, de uma sociedade onde é possível aplicar os enormes progressos científicos e tecnológicos na satisfação das necessidades vitais de todos os seres humanos, onde todos e cada um de nós têm um papel relevante e a sua palavra a dizer na organização do presente e na construção do futuro, onde os grandes valores de Liberdade, Justiça, Solidariedade, Democracia se traduzem cada vez mais em políticas e práticas concretas por todas as latitudes do nosso planeta?

E, neste direccionar da História para um lado ou para o outro, que função terá a desempenhar a Educação? Estará a Educação a influenciar hoje em dia na direcção da “luz” ou das “trevas”, da sabedoria ou da loucura?

¹ Conferência de Abertura nas II Jornadas de Educação de Adultos. Universidade de Coimbra, 27 de Janeiro de 2011.

E será a Educação Permanente, como princípio orientador, ainda hoje relevante para contribuir para um melhor futuro para os cidadãos, as suas sociedades, a Biosfera na sua totalidade?

A expressão “Educação Permanente” presta-se a uma enorme variedade de interpretações. Dizer apenas que é necessário aprender durante toda a vida é superficial e supérfluo, pois quem não souber aprender durante toda a vida terá a vida bem curta...

Suponho que a preocupação que levou mestres e pensadores a insistirem nesta abordagem foi a de levarem os seus contemporâneos a ultrapassar uma posição de mera reacção, quase instintiva, aos estímulos exteriores para uma postura racional de percepção, análise, projecção, antecipação, sistematização; passarem, em suma, de seres demasiado vulneráveis e predominantemente reactivos para seres reflexivos e capazes de controlar progressivamente o seu meio exterior.

Confúcio, ao recomendar, « Revê constantemente o que já sabes, estuda coisas novas todo o tempo, assim te tornarás um Mestre”, exorta a que se transformem as aprendizagens pessoais num verdadeiro projecto, cujo método é a sábia integração entre os saberes existentes e os conhecimentos recém adquiridos e a finalidade última, como culminação do desenvolvimento pessoal, será a ascensão a Mestre, aquele ou aquela que ensinam pelo que são, graças ao que sabem. Também Platão e Aristóteles se referem à necessidade de todas as pessoas investirem, e durante toda a vida, numa via de aperfeiçoamento contínuo. Aristóteles terá até lançado os alicerces da educação de adultos quando defendia que, pelo menos, duas grandes áreas do conhecimento não são acessíveis aos jovens, pois pressupõem uma experiência de vida relativamente longa: a filosofia e a política². Mais tarde, na primeira metade do século XVII, Comenius afirmava: “Tal como o mundo inteiro é para o género humano uma escola, desde o começo ao fim dos tempos, também a idade de cada ser humano é a

² “Podemos interrogarmo-nos porque razão um jovem, embora podendo ser um matemático, não pode ser um filósofo. A resposta estará talvez no facto de a matemática lidar com abstracções, enquanto os princípios primordiais da filosofia derivam da experiência e, portanto, o jovem só os poderá repetir, sem convicção da sua verdade...”. E ainda: “Os jovens não estão aptos para estudar a política, dado que lhes falta a experiência da vida e do comportamento social e são estes factores que fornecem premissas e conteúdos a tal ramo do pensamento.” *The Nicomachean Ethics*, Harvard University Press, 1947.

sua escola, desde o berço até ao túmulo. Cada idade está destinada a aprender, aplicando-se as mesmas fronteiras temporais à vida como à aprendizagem”. Grundtvig (reconhecido como o “pai” da educação de adultos moderna) diria mais tarde, em meados do século XIX, algo de semelhante: “As pessoas formam-se (ou deformam-se), ao longo das suas vidas, a sua formação confundindo-se, precisamente, com a vida e com a história”.

A Educação Permanente, de facto, é mais do que uma exortação a todas as pessoas para que mantenham, para além da idade de escolaridade, o espírito curioso e a mente confiante que garantam um processo coerente e continuado de levantamento de perguntas e de procura de respostas. A meu ver, falou-se, a partir de meados do século passado, de Educação Permanente e não de Aprendizagem Permanente, para enfatizar a sua dimensão sistémica e institucional, para explicitar que o principal destinatário deste princípio normativo é a sociedade política, o poder público. Recordando aqui a visão de Bento ou Baruch Espinosa³, cada pessoa realiza-se, cumpre o seu projecto de vida, tornando-se cada vez mais pessoa, isto é, concretizando, permanente e progressivamente, todas as suas capacidades, graças a uma interacção constante (física e intelectual) com o mundo físico (pelo Trabalho) e com os outros (pela Política).

Assumindo pressupostos e valores afins, vários educadores, após o triunfo das democracias na Segunda Guerra Mundial, dedicaram-se à construção progressiva do princípio da Educação Permanente. Na sua base, como sucede frequentemente nas inovações do campo educativo, estiveram reflexões assentes em práticas concretas de educação de adultos. Ao longo do século XX, o conceito de educação de adultos fora evoluindo no sentido de se atribuir à noção de “adulto” um significado valorativo, uma perspectivação num futuro desejável, numa aproximação “permanente” a um ideal de “ser humano plenamente realizado”. Assumindo que qualquer pessoa é uma entidade inacabada, cujos potenciais se encontram sempre longe de uma completa concretização, e aceitando uma filosofia humanista – que reconhece a todas e cada uma das pessoas uma capacidade ilimitada de valorização – centrou-se a

³ Pensamentos contidos em *Tratado das Autoridades Teológica e Política* (1670) e *Tratado da Autoridade Política* (1677).

especificidade da “educação de adultos” não já no objecto, mas na finalidade. Ver os “adultos”, não como indivíduos maiores de 18 anos, mas como seres humanos em vias da sua plena auto-realização (“*self-actualization*”, na famosa expressão de Abraham Maslow). Nas palavras de Paulo Freire, esse processo desenrola-se do seguinte modo: “Ser consciente é a forma radical de ser dos seres humanos enquanto seres que, refazendo o mundo que não fizeram, fazem o seu mundo e, neste fazer e re-fazer, se re-fazem. São porque estão sendo”.

Porém, o sentido positivo deste processo de realização e construção pessoal e a coerência das interacções já reveladas por Espinosa não são factos garantidos. Podem e devem reforçar-se, aprofundar-se, aperfeiçoar-se, mas podem de igual modo estagnar, degradar-se, destruir-se. Para persistir no seu projecto de vida, na sua auto-construção na sua relação com o mundo, cada pessoa tem que chegar à compreensão das relações que lhe são positivas e úteis, que reforçam a sua autonomia e a tornam, simultaneamente, mais consciente da fundamental interdependência e mais solidária com as comunidades de vida a que pertence. Em toda esta dinâmica, cada pessoa não pode, não deve, ser abandonada; é essencial que os seus pares, a sua sociedade, os poderes instituídos criem e reforcem incessantemente as condições mais propícias para que estes processos pessoais e interpessoais ocorram e produzam os efeitos mais favoráveis ao bem-estar dos indivíduos e das comunidades. No entanto, foi frequentemente demonstrado pela história (tanto a história das sociedades como as histórias de vida pessoais) que essa influência determinante por parte do contexto social e político pode operar num sentido – da autonomia e da solidariedade – como pode pressionar em direcção oposta – da dependência e opressão, do egoísmo e da competição. Com efeito, as sociedades, as instituições, as famílias, os indivíduos, tanto podem exercer um efeito educador nas suas actividades de comunicação e relacionamento, como um efeito profundamente “des-educador”.

Neste contexto, a questão dos valores torna-se obviamente predominante. Quais os objectivos fundamentais, explícitos ou não, da implementação do princípio da Educação Permanente nas políticas, medidas e práticas de educação e formação? Estes objectivos podem, de facto, oscilar entre dois extremos: por um lado, uma perspectiva meramente temporal e institucional, do tipo “escolaridade perpétua” (como

denunciava Ivan Illich), num caminho crescente de opressão (utilizando a dicotomia de Paulo Freire) e, por outro, uma dimensão política e ontológica, de construção progressiva da pessoa-cidadã, através da produção de aprendizagens nos sectores informal, não formal e formal, numa via de crescente libertação. Esta alternativa, que se mantém sempre aberta à pessoa como à sociedade, não é naturalmente de hoje. Podemos constatar como, em momentos de maior risco para a liberdade e autonomia das pessoas, se têm levantado as vozes e as práticas de educadores, que se colocam abertamente, e muitas vezes arriscadamente, na defesa de uma educação ao serviço dos cidadãos e da vida democrática. Francisco Ferrer não terá sido o único pedagogo na história executado pelas suas ideias (em 1909, em Barcelona) ou, antes dele, em 1794, Nicolas de Caritat, mais conhecido como Condorcet.

Uma verdadeira implementação dos princípios da Educação Permanente implica uma radical reestruturação, não só nos sistemas oficiais de educação e formação, como na sociedade em geral. Exige que se lancem, concretamente, os alicerces de uma verdadeira, e não apenas retórica, “sociedade educadora”. Esses alicerces constituem os elementos essenciais da Educação Permanente, a saber:

- todo o ser humano é perfectível e durante toda a sua vida;
- não há, portanto, uma idade própria para uma aprendizagem sistematizada;
- aprender é, e deve ser, um projecto pessoal dentro de uma postura pró-activa de vida;
- as aprendizagens não se fazem no isolamento mas na relação; com o próprio, com os outros humanos e demais seres vivos, com o mundo físico e os objectos entretanto inventados;
- estes processos não são necessariamente de sentido único, e em direcção ao aperfeiçoamento, pois são reversíveis e constantemente sujeitos a paralisações e até retrocessos;
- os processos pessoais de aprendizagem e de desenvolvimento no caminho de uma realização progressiva de capacidades e aspirações devem ser estimulados, apoiados e defendidos pela sociedade e as suas estruturas políticas e institucionais.

A Educação Permanente é, antes de mais, uma tentativa para re-inventar o conceito de educação, afastando-se da visão convencional que a assimila à escolaridade e exigindo uma articulação coerente e sistemática, sem hierarquias, entre as aprendizagens efectuadas em meio formal, não formal ou informal. Assim, a Educação Permanente não pode assentar apenas no prolongamento da escolaridade ou numa maior abertura do acesso aos estabelecimentos de ensino por parte de novos públicos, nomeadamente as pessoas adultas: a chamada “segunda oportunidade”. Centrando as estruturas, métodos e conteúdos da educação nas capacidades, experiências, aspirações e contextos dos sujeitos de aprendizagem, a Educação Permanente começa por defender uma reforma profunda do sistema formal de educação, uma revolução copernicana relativamente ao modelo oficial, onde têm imperado a fragmentação disciplinar do conhecimento, a reprodução do instituído, a autoridade magistral e, como referia Paul Lengrand, a preferência dada ao “homem da resposta” sobre o “homem da pergunta”⁴.

Num projecto organizado pela Unidade de Educação Permanente da UNESCO, em 1978, com o objectivo de avaliar o grau de realização dos princípios da Educação Permanente nos vários Estados-Membros⁵, foi elaborada uma extensa lista de indicadores, de que podem destacar-se os seguintes:

- integração entre formação inicial e formações ulteriores,
- desenvolvimento significativo das experiências de autoformação,
- integração entre formação geral e formação profissional,
- superação da hierarquia entre disciplinas ditas “manuais” e disciplinas ditas “intelectuais”,
- supressão dos vários troncos do ensino secundário,

⁴ Lengrand, Paul. « *L’homme de la réponse, l’homme de la question* ». *International Review of Education*, vol. 40, nºs. 3-5, 1994.

⁵ “*La mise en œuvre de l’éducation permanente dans divers États Membres de l’UNESCO* », pp. XII-XIII, ED-79/WS/37, Unité d’Éducation Permanente, UNESCO, Paris 1979.

- reconhecimento da educação como instrumento de promoção colectiva e não só de promoção individual,
- participação activa de diferentes categorias de profissionais e trabalhadores como educadores,
- introdução da cultura popular, oral e escrita, como parte integrante dos programas escolares,
- aumento do consumo de bens culturais,
- aumento da participação na vida colectiva (partidos políticos, sindicatos, associações de aldeia, associações de bairro, etc.),
- enriquecimento da experiência de trabalho de um ponto de vista educativo,
- participação dos estudantes na gestão das instituições educativas,
- adopção das medidas necessárias (como férias pagas para educação-formação, bolsas, materiais didácticos, etc.) para que os grupos sociais mais desfavorecidos possam beneficiar do sistema de ensino.

Este estudo foi concebido e coordenado por Ettore Gelpi, sucessor de Paul Lengrand como responsável pela Unidade de Educação Permanente da UNESCO, cargo que ocupou entre 1972 e 1993. Sob a sua direcção, e à luz de práticas e ensinamentos dos países do chamado “Terceiro Mundo”, a noção de Educação Permanente foi-se afastando progressivamente do ideal individualista e humanista de permitir a todos, e durante toda a vida, aproximarem-se de um perfil de “sábio”, de “homem renascentista”, procurando a realização pelo simples saber, para se politizar e tornar-se uma das componentes da construção de uma sociedade mais participada, justa e igualitária. De facto, a Educação Permanente tem um potencial impacto que vai muito para além das fronteiras da educação. Aponta, simultaneamente, para uma sociedade firmemente enraizada na cultura e na educação e para uma educação capaz de contribuir para a transformação dessa sociedade, no sentido da solidariedade e coesão sociais, da cidadania informada e activa, da democracia generalizada e aprofundada e da consciência da interdependência entre todas as formas de vida no planeta. Não se

trata, contudo, de utilizar a educação, ideologicamente, como ferramenta para a construção de um futuro já previamente idealizado, nem de adoptar uma postura de “idealismo educativo”, que é, nas palavras de Paulo Freire, “a crença ingénuo no poder da educação institucionalizada como alavanca da transformação da realidade”. A revolução para que aponta a Educação Permanente é uma revolução nas mentes, é o progresso contínuo de pessoas, grupos e classes, por via de uma constante abertura de novos espaços de reflexão e de intervenção e da emergência de novos horizontes de possibilidades, à escala pessoal e da sociedade. Recorrendo de novo a Paulo Freire, “porque não me é possível prefigurar uma província histórica que se constituísse como um reino de absoluta liberdade, entendo a libertação como um processo permanente dentro da história. É nesse sentido também que a revolução é permanente e que a revolução que foi já não é, pois para ser tem de estar sendo.”

Acredito que, nos dias de hoje e perante a crescente agressão política, económica e mediática de que somos objecto, como pessoas e como cidadãos, a Educação Permanente tem um papel essencial a cumprir, na resistência aos novos veículos de opressão e na invenção de alternativas libertatórias. A Educação Permanente, tal como foi desenhada e teorizada nas décadas de 60 e 70 do século passado, torna-se agora fundamental para formar cidadãos, mais informados, mais confiantes, mais inventivos, garantindo assim as condições subjectivas e culturais de uma sociedade mais aberta e plural, mais criativa e participativa. As respostas às ameaças de opressão e dominação, que hoje nos atingem terão que emergir de uma cidadania cada vez mais activa e capaz de gerar uma democracia de maior qualidade e uma economia ao serviço da vida. Não terá sido um acaso o facto de os grandes arquitectos da Educação Permanente terem vivido fortes, e por vezes dramáticas, situações de violenta repressão, quer sob regimes totalitários, à direita ou à esquerda nos quadrantes ideológicos, quer sob a ocupação de exércitos invasores. Foi aí que encontraram espaços e dinâmicas de combate pelos valores da liberdade, através de pequenas estruturas e de grandes projectos assentes na confiança mútua, na aprendizagem recíproca, na entreatajuda e na solidariedade. Numa linha de continuidade com muitos outros pensadores ao longo dos séculos, como Espinosa, Comenius, Condorcet, Rousseau, John Stuart Mill, John Dewey, encontraram na educação, e sobretudo numa

educação concebida e aplicada em comunidade de vida, de interesses e de sonhos, uma via de realização de muitas aspirações pessoais e sociais. E fizeram da educação, concebida nestes termos, o seu projecto político, o seu projecto de vida. Projecto eminentemente político, porque a finalidade da educação não é só, nem sobretudo, o conhecimento, mas sim a participação consciente e activa das pessoas, crescendo em cidadania dentro da sua sociedade. Com base neste entendimento, definem-se dois alicerces fulcrais da Educação Permanente:

- em primeiro lugar, a participação é já em si uma forma de educação (aprende-se a ser cidadão, fazendo a democracia no dia-a-dia);

- em segundo lugar, a participação é necessária para o pleno exercício da liberdade e da dignidade, para compreender a relevância dos conhecimentos e para suscitar a curiosidade e a vontade de adquirir ou de criar novos saberes.

Ora, uma sociedade de participação, ao assentar na liberdade e na responsabilidade dos seus cidadãos e cidadãs, vem exigir um grau elevado de empenhamento na educação, por parte de todos os sectores - público, privado e cívico-solidário - fazendo da Educação Permanente um vector primordial dentro de um verdadeiro "projecto de sociedade". E é um novo projecto de sociedade que precisamos de implementar hoje em dia nas nossas sociedades, para resistir ao totalitarismo tendencial cada vez mais visível e para gerar novas formas de organização, produção e consumo sob o primado de uma maior felicidade e bem-estar para todos. Um processo que implica a construção ou reconstrução da sociedade, e da economia, mas a partir de baixo, com a criação ou refundação de comunidades (geográficas ou de interesses), como espaços imediatos de liberdade, criatividade, responsabilidade, cooperação social e, também, de aprendizagens, como espaços de mediação entre o cidadão e os poderes dominantes na sociedade, como degraus essenciais na recriação da democracia política e da democracia económica.

"Se alguém acredita que o crescimento exponencial se pode manter permanentemente num mundo finito como o nosso, ou é louco ou é economista", escrevia há algum tempo Kenneth Boulding, ele próprio um economista. E já na década de 1940, Karl Polanyi analisara a forma como os mecanismos de mercado na revolução

industrial tinham criado roturas graves no tecido da vida social, para defender com a maior convicção que era necessário reverter tal tendência e encontrar um equilíbrio entre mercado e não-mercado, privado e público, indivíduo e comunidade... Nesta mesma perspectiva, num documento de Julho de 2010, “*The Great Transition*”⁶ a *New Economics Foundation*, propõe um programa de governação, uma agenda de tarefas muito concretas, tanto aos poderes públicos, como às empresas, organizações cívicas e solidárias e aos cidadãos em geral, para até 2050 se reconstruírem as nossas sociedades, com base numa economia que se encontre ao serviço do bem-estar de todas as pessoas e da preservação do planeta, e não na defesa dos interesses de uma minoria de especuladores e usurários.

Os autores afirmam, na introdução ao relatório, que “a Humanidade parece ter caído numa armadilha de onde não se vê saída” e que “continuar tudo como dantes já não é opção”. Contudo, reconhecem que “parar ou inverter o nosso consumo crescente de artefactos poderá provocar uma depressão maciça, seguida de grave desemprego e pobreza, o que acontecerá, de facto, se tudo o que se fizer for ‘carregar nos travões a fundo’, sem que ocorra uma revisão fundamental do conjunto do sistema económico”. E afirmam em seguida: “Enfrentamos uma série de problemas sistémicos interligados – consumo para além dos limites do nosso planeta, desigualdades insustentáveis, instabilidade económica crescente e uma rotura na relação entre ‘mais’ e ‘melhor’... A única forma de superar estes problemas sistémicos será, pois, através de uma bateria de soluções dirigidas precisamente ao sistema no seu conjunto”. Para os investigadores da NEF, o problema mais urgente que a Humanidade hoje encara é saber como partilhar recursos raros do planeta de uma maneira que seja justa, sustentável e que garanta o bem-estar de todos nós. Há também a considerar, com

⁶ A *New Economics Foundation* é um “*think tank*” independente, criado em 1986 pelos organizadores de “A Outra Cimeira Económica” (TOES), que nessa altura conseguiram forçar a introdução da questão da dívida externa do 3º Mundo nas agendas das cimeiras do G7 e G8. Esta organização, com a sede em Londres, é composta por economistas e especialistas em muitas outras áreas e procura contribuir para a melhoria global da qualidade de vida, concebendo e estimulando soluções inovadoras que desafiam o pensamento (e a prática) dominante relativamente à economia, ao ambiente e às questões sociais. Trabalha normalmente na base de parcerias, defendendo que acima de tudo (ideologias ou interesses) estão as pessoas e o planeta.

base nos cálculos que realizaram, que o Produto Nacional Bruto nos países mais ricos terá que ser reduzido em cerca de um terço, como resultado do decréscimo de consumo, mas sustentam que ocorrerá, em paralelo, um forte crescimento do “valor real”, pelo que a qualidade de vida até aumentará significativamente.

Nos termos deste trabalho, de natureza simultaneamente analítica e programática, a Grande Transição terá que ocorrer em sete quadrantes da vida social e económica, através de várias reformas profundas e interligadas e de projectos de longo alcance mas que podem iniciar-se de imediato.

1º. A Grande Reavaliação levará a definir preços de mercado que reflectam os reais custos e benefícios sociais e ambientais de cada produto ou serviço.

2º. A Grande Redistribuição, transferindo recursos dos que não precisam tanto para os que deles necessitam, e também redistribuindo tempo, através da partilha de tarefas e de horas de trabalho (semana de 4 dias laborais, por exemplo).

3º. O Grande Reequilíbrio, com uma definição alargada de “bens públicos” e a reformulação do Estado como entidade facilitadora, apoiando prioritariamente os cidadãos e com eles e elas trabalhando, de forma a “coproduzirem” bem-estar e a estabelecer um equilíbrio entre prestação directa de serviços, coprodução e fortalecimento das relações locais para que as pessoas se encontrem, definam e prossigam finalidades comuns.

4º. Um processo crucial neste movimento de redefinição da sociedade é o da Grande Localização, assente numa concepção alargada da “subsidiariedade”, isto é, a ideia de que as decisões são melhores quando tomadas no escalão mais próximo possível do seu local de impacto. O poder terá que ser transferido gradualmente para organismos democráticos descentralizados e os cidadãos terão que assumir novas competências e responsabilidades e uma voz real sobre a forma de exercer esse poder. Além disso, há que definir as coisas e os serviços que são melhor produzidos a nível local e os que devem ser objecto de comércio externo, preferentemente regional, nacional e só excepcionalmente internacional (este necessariamente a preços muito superiores, uma vez que incorpora custos ambientais muito mais elevados).

5º. E aqui encontramos as novas funções a desempenhar hoje e amanhã pela Educação Permanente: a Grande Recapitação (“*Reskilling*”), porque produzir mais, pessoalmente (para uma maior autonomia individual) e à escala local (para uma maior auto-suficiência de grupo e territorial), implica a aquisição de conhecimentos e competências – desde agricultura e manufacturas até à criação de sistemas locais financeiros (moeda local, bancos de troca, etc.). Esta apropriação de capacidades produtivas deverá alargar-se aos domínios da cultura e das artes, naturalmente. E também os processos de decisão locais, assentes numa activa participação dos residentes, vão exigir mais informação e mais conhecimentos.

6º. A Grande Irrigação Económica terá que garantir uma reforma profunda na fiscalidade – tributando fortemente os “maus” produtos e serviços e favorecendo os “bons” (valores a quantificar em função de critérios de natureza social e ambiental).

7º. Por fim, a Grande Interdependência sublinha a necessária solidariedade internacional, muito especialmente entre países do Norte e países do Sul.

Em guisa de conclusão, e para sublinhar a afinidade das lutas pela liberdade e dignidade da pessoa humana, pela solidariedade e pela comunidade dos seres vivos, lutas sempre travadas entre as permanentes pulsões de libertação e de dominação, as pulsões de vida e pulsões de morte, é de celebrar a herança de Condorcet, cujas recomendações para a “instrução do povo” se enquadram perfeitamente no programa de “Grande Recapitação” propugnado pelo manifesto-agenda da *New Economics Foundation*:

“A igualdade de instrução que podemos esperar atingir, mas que deve ser suficiente, é a que exclui qualquer dependência, forçada ou voluntária. Mostraremos, no estado actual dos conhecimentos humanos, os meios fáceis para atingir esse fim, mesmo para os que só podem dar aos estudos uma pequena parte dos seus primeiros anos e, no resto da vida, algumas horas livres. Faremos ver que, graças a uma opção feliz, aos próprios conhecimentos e a métodos para os ensinar, se pode instruir a massa inteira de um povo de tudo o que uma pessoa precisa de saber para a economia doméstica, para a administração dos seus negócios, para o livre desenvolvimento do seu engenho e das suas faculdades; para conhecerem os seus direitos, os defenderem e os

exercerem; para conhecerem os seus deveres e poderem cumpri-los devidamente; para avaliarem as suas acções e as dos outros, de acordo com a sua consciência esclarecida e não ficarem alheios a nenhum dos sentimentos elevados e delicados que honram a natureza humana; para não dependerem cegamente daqueles a quem são forçados a confiar a direcção dos seus interesses ou o exercício dos seus direitos, para se manterem em estado de os escolher e de os vigiar; para não serem mais vítimas desses erros populares que atormentam a vida com temores supersticiosos e esperanças quiméricas; para se defenderem contra os preconceitos apenas com a força da sua razão; enfim, para escaparem às seduções do charlatanismo que monta armadilhas à sua fortuna, à sua saúde, à liberdade das suas opiniões e da sua consciência, sob o pretexto de o enriquecer, curar e salvar ⁷”.

A Educação, a Educação Permanente, será apenas isto, mas é tudo isto. Em suma, e retomando expressões criadas por Espinosa, substituir, em cada pessoa como nas sociedades, as nossas “paixões tristes” por “paixões alegres”.

Algumas referências bibliográficas

- Aristóteles. *The Nicomachean Ethics*. Harvard University Press, 1947.
- Dickens, Charles. *A Tale of Two Cities*. Penguin Books. Londres, 1997.
- Freire, Paulo. “A Alfabetização de Adultos: é ela um quefazer neutro?”. In *Educação e Sociedade*, ano I, nº 1, p. 70. Universidade de Campinas, São Paulo, Setembro de 1978.

⁷ Nicolas de Caritat, Marquês de Condorcet, *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*, Époque X, paragraphe 345 (minha tradução). Este trabalho foi escrito, em 1793/94, quando o autor, um dos grandes protagonistas da Revolução Francesa, se encontrava escondido, procurando escapar à perseguição movida por Robespierre e seus adeptos, que nunca lhe perdoaram a oposição que exprimira veementemente contra a execução de Luís XVI. Condorcet acabou por ser preso, morrendo misteriosamente, em 1794, aos 49 anos, na prisão de Bourg-la-Reine, perto de Paris. O *Esquisse* foi publicado postumamente, em 1795, pela sua viúva, Sophie de Grouchy.

- Gelpi, Ettore. *Educación Permanente. La Dialéctica entre Opresión y Liberación*. Edições CREC. Xàtiva (Espanha), 2005.
- Illich, Ivan. *Deschooling Society*. Harper and Row Publishers. San Francisco, 1970.
- Lengrand, P. *Areas of Learning Basic to Lifelong Education*. Pergamon Press and the Unesco Institute for Education. Hamburgo, 1986.
- Lengrand, Paul. *Introdução à Educação Permanente*. Livros Horizonte. Lisboa, 1981.
- Lengrand, Paul. *Le Métier de Vivre*. Peuple et Culture. Paris, 1992.
- Lima, Licínio C. *Educação ao longo da vida; entre a mão direita e a mão esquerda de Miró*. Cortez Editora, São Paulo, 2007.
- Maslow, Abraham H. *Toward a Psychology of Being*. Van Nostrand Reinhold Co., Nova Iorque, 1968.
- New Economics Foundation. *The Great Transition*. Londres, 2010.
- Nogueira, António Inácio C. *Para uma educação permanente à roda da vida*. Instituto de Inovação Educacional, Ministério da Educação, Lisboa, 1996.
- Polanyi, Karl. *The Great Transformation. The Political and Economic Origins of Our Time*. Beacon Press. Boston, 1944, 1957, 2001.
- Spinoza, Baruch de. *Oeuvres Completes*. Bibliothèque de la Pléiade. Éditions Gallimard. Paris, 1988.
- Wain, Kenneth (coord.). *Lifelong Education and Participation*. The University of Malta Press, Valetta, 1985.